

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	10
5.3 - Descrição - Controles Internos	14
5.4 - Alterações significativas	18
5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	19

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	20
10.2 - Resultado operacional e financeiro	30
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	32
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	33
10.5 - Políticas contábeis críticas	36
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	37
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	39
10.8 - Plano de Negócios	40
10.9 - Outros fatores com influência relevante	42

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A Companhia não possui uma política de gerenciamento dos riscos indicados no item 4.1 deste Formulário de Referência, por ser uma empresa que se encontra em estágio pré-operacional e, nesse sentido, ainda não conta com o tamanho e o volume de operações compatíveis com a formalização de uma política de gerenciamento dos riscos que possam influenciar a decisão de investimento.

**b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

**i. os riscos para os quais se busca proteção.**

Apesar de não haver uma política formal de gerenciamento dos riscos indicados no item 4.1 deste Formulário de Referência, a Companhia busca proteção contra os principais riscos que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados pela administração da Companhia, sua reputação e os seus resultados financeiros, conforme descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência. São eles:

- riscos na execução do plano de negócios da Companhia;
- riscos associados às decisões estratégicas da Companhia para fins de atendimento dos seus objetivos e/ou decorrentes da habilidade da Companhia de se proteger ou se adaptar a mudanças no setor biofarmacêutico, em especial relativos à demanda dos seus produtos, estrutura de capital da Companhia e atuação em diferentes mercados;
- riscos operacionais;
- riscos de sanções legais ou regulatórias, instauração de processos legais contra a Companhia e suas controladas, cuja perda ou aplicação de penalidades, possa impactar a Companhia de forma relevante, do ponto de vista financeiro, operacional ou causar danos à sua imagem; e
- risco de aumentos dos custos das operações da Companhia, em virtude não só de condições de mercado, como também de alterações legais e regulatórias nas localidades nas quais a Companhia opera.

**ii. os instrumentos utilizados para proteção.**

Para proteção contra os riscos, a Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados pela administração da Companhia, sua reputação e os seus resultados financeiros. Dessa forma, a Companhia conta com atividades de controle, que tentam assegurar que a sua exposição a riscos seja constantemente monitorada e controlada.

A Companhia procura ter uma visão clara dos principais riscos a que está exposta, buscando atuar sobre eles de forma sistemática, por meio da adoção de medidas de proteção ou mitigação, dentre as quais, por exemplo:

- a) desenvolvimento de soluções tecnológicas para a otimização dos processos da Companhia;
- b) investimentos na capacitação de empregados da Companhia atuantes no planejamento e execução de seus projetos;
- c) adoção de ações para aprimorar a eficiência nos processos de licenciamento de seus projetos, de forma a evitar atrasos e paralisações, como por exemplo, (a) promoção de maior integração entre as equipes e (b) a montagem de equipes de especialistas altamente qualificados;

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- d) atualização contínua dos sistemas de gestão de saúde e segurança da Companhia, bem como realização de disseminação perene de informação e campanhas de prevenção na Companhia para melhoria dos padrões de saúde e segurança dos colaboradores;
- e) escolha de parceiros de alto nível e manutenção de um relacionamento justo e de parceria de longo prazo junto aos seus principais fornecedores e ao sócio da *Joint Venture* na qual a Companhia participa por meio de sua controlada direta;
- f) ênfase na redução de custos, disciplina de capital, gestão de passivos, gestão de capital de giro e de investimentos;
- g) adoção de controles e mecanismos para detectar falhas de controle e obter informações sobre os casos de quebra de conduta;
- h) monitoramento sistemático de mudanças nas políticas governamentais e de regulamentação do setor, para reagir rapidamente e se adequar tempestivamente a estas mudanças;
- i) promoção de suas atividades de forma responsável em todas as localidades em que está presente, almejando o respeito às comunidades e ao meio ambiente; e
- j) contratação de seguros.

### iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos.

Apesar de não haver uma política formal de gerenciamento dos riscos indicados no item 4.1 deste Formulário de Referência, conforme referido nos itens acima, a Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta que possam impactar de forma adversa e relevante os objetivos traçados pela administração da Companhia, sua reputação e os seus resultados financeiros. Esse acompanhamento cabe à Diretoria, que se reporta periodicamente ao Conselho de Administração, e mais especificamente ao Diretor Presidente e ao Diretor Financeiro.

Cabe ao Diretor Presidente da Companhia:

- a) liderar a definição do planejamento empresarial, analisando as oportunidades e riscos, visando a adoção da melhor estratégia de obtenção dos objetivos organizacionais em conjunto com os demais diretores e membros da Companhia;
- b) assegurar a elaboração, revisão e o cumprimento do plano orçamentário de curto, médio e longo prazo da Companhia, analisando informações organizacionais e as projeções de comportamento da economia de mercado, bem como fazendo-se cumprir as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia, visando garantir o planejamento financeiro para estabelecimento das atividades da Companhia;
- c) definir planos de ação mediante a análise dos indicadores organizacionais, visando garantir o alcance dos resultados empresariais;
- d) assegurar o desenvolvimento contínuo do corpo gerencial da Companhia, identificando necessidades, bem como incentivando e motivando a busca contínua de resultados positivos;
- e) acompanhar o contexto global e médico científico, identificando adequadamente as tendências e oportunidades que facilitem a manutenção/incremento da competitividade da organização e buscando as boas práticas e políticas gerenciais e tecnológicas inovadoras a serem adotadas na organização de forma a mantê-la atualizada; e
- f) propor e liderar projetos de *Business Development*, mantendo contato com clientes diretos e indiretos da Companhia, visando assegurar o potencial da Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Ademais, nos termos do estatuto social da Companhia, cumpre ao Diretor Financeiro:

- g) atuar juntamente ao Diretor Presidente na supervisão dos negócios e atividades da Companhia;
- h) administrar e supervisionar as áreas contábil e fiscal da Companhia;
- i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar a área financeira da Companhia;
- j) controlar o cumprimento dos compromissos financeiros no que se refere aos aspectos legais, administrativos, orçamentários, fiscais e contratuais das atividades da Companhia;
- k) elaborar, em conjunto com o Diretor Presidente, a prestação de contas das atividades da Diretoria para encaminhamento ao Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras;
- l) gerir os serviços de tesouraria da Companhia;
- m) responsabilizar-se pela contabilidade da Companhia;
- n) acompanhar o orçamento financeiro da Companhia, a gestão de ativos e fluxo de caixa;
- o) avaliar, acompanhar e supervisionar o orçamento financeiro, gestão de ativos, investimentos e fluxo de caixa das Controladas e coligadas da Companhia;
- p) dimensionar o quadro de pessoal, juntamente com o Diretor Presidente, em conformidade com as necessidades funcionais;
- q) planejar, implementar e coordenar a política financeira da Companhia, bem como gerenciar seu relacionamento com instituições financeiras em geral;
- r) participar da elaboração e do controle do plano de negócios e do orçamento anual; e
- s) exercer outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Diretor Presidente e/ou pelo Conselho de Administração.

Além disso, em decorrência da própria natureza das funções que exerce, o Diretor de Operações, responsável por (i) desenvolver fornecedores de serviços e produtos, analisando o mercado e realizando contatos, bem como avaliar se os mesmos conseguem entregar aquilo que é necessário; (ii) administrar o cronograma do investimento global, tomando todas as providências para que eles se adequem ao que foi planejado para o projeto; (iii) gerenciar projetos de licenciamento de tecnologia, dirigindo todas as atividades necessárias para entrega do produto ou serviço, de acordo com o contratado pelo cliente; e (iv) dirigir a operação da fábrica, responsabilizando-se por todo o processo de produção dos produtos da Companhia, visando garantir que o mesmo ocorra de acordo com a qualidade e custos esperados contribui para o monitoramento constante dos riscos inerentes aos processos e atividades da Companhia.

De forma análoga, o Diretor Comercial, o Diretor de Tecnologia e o Diretor de Relação com Investidores, também monitoram os riscos a que a Companhia está exposta em seus respectivos campos de atuação, na medida em que:

- O Diretor Comercial: é responsável por: (i) responder pelas atividades mercadológicas, promocionais e comerciais, assegurando o atendimento dos objetivos e interesses da Companhia, contribuindo para a evolução de seus resultados de curto, médio e longo prazo, bem como para o fortalecimento das marcas dos produtos e da imagem institucional da Companhia; (ii) buscar parceiros estratégicos para o desenvolvimento de negócios específicos, com o objetivo de agregar experiências, tecnologia e recursos humanos; e (iii) promover o desenvolvimento de estudos, análises de tendências de mercado e da concorrência e outras pesquisas que se fizerem necessárias para definição, lançamento, posicionamento ou reposicionamento de produtos da Companhia, tendo em vista o seu público alvo;

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- O Diretor de Tecnologia é responsável por: (i) dirigir áreas operacionais de controle e garantia da qualidade, analisando informações e propondo soluções para possíveis inconsistências encontradas, visando atestar que os produtos estejam de acordo com as especificações técnicas definidas pela Companhia e pela legislação vigente; (ii) dirigir o desenvolvimento, escalonamento e otimização de processos de produção, dando diretrizes para a elaboração do programa de desenvolvimento, analisando e discutindo resultados de testes e orientando tecnicamente a equipe, visando garantir o atendimento aos resultados organizacionais (custo, prazo, qualidade e capacidade de produção); (iii) dirigir a resolução de problemas referentes à produção da fábrica, analisando as informações levantadas e dando diretrizes técnicas para soluções possíveis; (iv) acompanhar o desenvolvimento tecnológico relativo à sua área de atuação; (v) manter a rede de inovação da Companhia, promovendo e realizando contatos e troca de informações com outras organizações e instituições; e (vi) cuidar das questões de propriedade intelectual da Companhia, orientando e coordenando a utilização de ferramentas como patentes, registros e termos de confidencialidade; e

- O Diretor de Relação com Investidores é responsável por: divulgar os atos ou fatos relevantes ocorridos nos negócios da Companhia, bem como incumbir-se do relacionamento da Companhia com todos os participantes do mercado e com as entidades reguladoras e fiscalizadoras.

Os controles internos exercidos pela Diretoria são periodicamente reportados ao Conselho de Administração, que procura auxiliar na mitigação dos riscos a que a Companhia está exposta por meio da orientação e planejamento estratégico dos negócios da Companhia, em linha com as atribuições que lhe são conferidas em lei e no estatuto social da Companhia. Conforme disposto no estatuto social, cabe ao Conselho de Administração:

- a) estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral e estratégica dos negócios sociais da Companhia e de suas controladas;
- b) aprovar o plano anual de negócios e o orçamento anual da Companhia e de suas controladas;
- c) eleger e destituir os diretores da Companhia e fixar-lhes as funções;
- d) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração e quaisquer outros atos;
- e) convocar as Assembleias Gerais da Companhia, através do Presidente do Conselho de Administração;
- f) nomear os auditores independentes da Companhia que não sejam uma das seguintes empresas: Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst & Young Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes e PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, e seus respectivos sucessores;
- g) examinar os balancetes mensais, caso levantados, e manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras previamente a sua submissão à Assembleia Geral;
- h) analisar e apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- i) deliberar sobre (a) a participação da Companhia ou de suas controladas em outras sociedades, como sócia quotista ou acionista, bem como a sua participação em consórcios e acordos de associação e/ou acordos de acionistas, e (b) a constituição de sociedades, no Brasil ou no exterior, pela Companhia ou por suas controladas;
- j) aprovar a contratação, pela Companhia e/ou suas controladas, de qualquer modalidade de empréstimo ou financiamento na qualidade de devedora, ou a oneração de

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

bens e ativos, ou a emissão de qualquer título de dívida quando o somatório do endividamento total da Companhia, após a contratação do empréstimo ou financiamento, for superior a R\$30.000.000,00 em uma operação ou série de operações relacionadas;

**k)** aprovar a aquisição, alienação, cessão ou a outorga de opção de compra ou venda de quaisquer ativos, direitos, negócios ou bens da Companhia ou de suas controladas, envolvendo valor acima de R\$200.000,00 em uma operação ou série de operações relacionadas num período de 12 meses;

**l)** aprovar a concessão de mútuos ou empréstimos por parte da Companhia ou de suas controladas para (i) afiliadas da Companhia; e/ou (ii) funcionários, acionistas ou não da Companhia, que sejam parte de plano de opção de compra de ações da Companhia com valor agregado superior R\$200.000,00 em uma operação ou série de operações num período de 12 meses;

**m)** aprovar investimentos de capital não constantes do plano anual ou do orçamento anual da Companhia e de suas controladas que superem, em conjunto, um valor de R\$200.000,00;

**n)** aprovar a celebração ou alteração de qualquer contrato com valor individual ou em um série de operações num período de 12 meses, superior a R\$200.000,00;

**o)** manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral;

**p)** aprovar todos e quaisquer contratos envolvendo a cessão ou alienação de tecnologia, incluindo cessão ou alienação de patentes, modelos de utilidade e marcas, pela Companhia e/ou suas controladas;

**q)** aprovar a concessão de garantias pela Companhia e/ou pelas suas controladas em favor de terceiros;

**r)** aprovar a emissão de ações da Companhia nos termos de plano de outorga de opções de compra de ações da Companhia;

**s)** autorizar a emissão de ações da Companhia, nos limites autorizados no artigo 6º do estatuto social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;

**t)** aprovar qualquer plano de remuneração variável dos administradores e funcionários, inclusive com ações da Companhia e suas controladas;

**u)** outorgar opção de compra de ações a seus administradores e empregados, sem direito de preferência para os acionistas, nos termos dos planos aprovados em Assembleia Geral;

**v)** deliberar sobre a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, bem como sobre a emissão de *commercial papers* e bônus de subscrição;

**w)** deliberar sobre a criação de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração, bem como aprovar o regimento interno destes comitês;

**x)** aprovar negócios e/ou operações com partes relacionadas;

**y)** aprovar a obtenção de registro de oferta pública de ações da Companhia;

**z)** deliberar sobre o estabelecimento de plano para aquisição, pela Companhia, de

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

ações de sua própria emissão, ou sobre o lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação;

**aa)** aprovar qualquer emissão de ações de afiliadas da Companhia para qualquer pessoa que não seja a Companhia;

**bb)** aprovar a aquisição de novas tecnologias e formação de parcerias estratégicas;

**cc)** requerer falência, recuperação judicial ou extrajudicial pela Companhia;

**dd)** deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria;

**ee)** aprovar ou alterar o cronograma financeiro e operacional da Companhia;

**ff)** aprovar a contratação de seguros com valor superior a R\$200.000,00;

**gg)** aprovar a criação de ônus em valor equivalente ao necessário à obtenção, pela Companhia, de qualquer modalidade de empréstimo ou financiamento na qualidade de devedora, ou a emissão de qualquer título de dívida pela Companhia superior a R\$ 200.000,00 em uma operação ou em uma série de operações relacionadas num período de 12 meses;

**hh)** aprovar (A) a aquisição, alienação ou oneração de participação societária pela Companhia ou por suas controladas que (i) envolva parte relacionada, ou (ii) que signifique mudança no Segmento Preponderante de Atuação da Companhia, entendido como Segmento Preponderante de Atuação da Companhia a pesquisa e desenvolvimento, produção e comercialização de insulina humana e outros biofármacos, ou (iii) que não seja relacionada ao objeto social da Controlada, bem como aprovar (B) a aquisição, alienação ou oneração de Controle de Controladas desde que tal operação envolva valores superiores a 20% do ativo total da Companhia; e

**ii)** definir lista triplíce de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de sociedades, para elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia nos casos de oferta pública de aquisição de ações para cancelamento de registro de companhia aberta na CVM ou para saída do BOVESPA MAIS.

A Companhia conta ainda com Comitês Consultivos de apoio ao Conselho de Administração, que têm por objetivo auxiliar no monitoramento, identificação e mitigação dos potenciais riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de recomendações não vinculativas. São eles:

- **Comitê de Auditoria:** órgão não estatutário cuja criação e instalação foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizadas em 24 de fevereiro de 2016.

Destacam-se entre as suas atribuições: (i) monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais, das demonstrações financeiras intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração; (ii) acompanhar as práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração de suas demonstrações financeiras; (iii) supervisionar as atividades dos auditores independentes; e (iv) supervisionar as atividades da auditoria interna da Companhia e de suas controladas, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna e independente, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las.

- **Comitê de RH e Remuneração:** órgão não estatutário cuja criação e instalação foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizadas em 24 de fevereiro de 2016.

Destacam-se entre as suas atribuições: (i) selecionar candidatos aos cargos de Diretoria da Companhia e indicá-los para eleição pelo Conselho de Administração; e (ii) avaliar e propor ao Conselho de Administração políticas de gestão e desenvolvimento de pessoas, bem como

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

diretrizes para atração e retenção de talentos; entre outras atribuições.

- **Comitê de Estratégia:** órgão não estatutário composto cuja criação e instalação foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de maio de 2014.

Destacam-se entre as suas atribuições: (i) propor a estratégia de atuação da Diretoria e auxiliá-la e aconselhá-la em suas atividades cotidianas e operacionais; (ii) monitorar a evolução da gestão da Companhia; (iii) acompanhar a execução, pela Diretoria, do plano anual, bem como discutir com a Diretoria e apresentar ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral novas matérias não constantes em tal plano para apreciação por tais órgãos; e (iv) sempre que julgar necessário, auxiliar na atuação da Diretoria, visando à sua otimização; entre outras atribuições.

Ademais, a Companhia é segmentada em diferentes áreas funcionais para o atendimento de seus objetivos, as quais visam contribuir para o controle de gerenciamento dos riscos inerentes aos seus respectivos setores de atuação. Destacam-se entre elas:

- **Área de RH:** responsável pela criação, disseminação e constante atualização do “*Código de Conduta Ética e Profissional*” criado em 29 de abril de 2015 e patrocinado diretamente pelo Diretor Presidente, a qual acompanha, identifica e mitiga eventuais riscos associados aos recursos humanos da Companhia.
- **Área de Segurança do Trabalho:** responsável pelo acompanhamento, identificação e mitigação dos eventuais riscos associados à implantação da unidade fabril e das áreas administrativas da Companhia.
- **Área de Tecnologia:** responsável pela garantia da qualidade e farmacovigilância dos medicamentos, pela validação e acompanhamento do processo produtivo e pela análise dos medicamentos importados dos parceiros internacionais da Companhia. A área conta com engenheiros especializados no assunto e estabeleceu protocolos de garantia de qualidade com os parceiros internacionais, de forma a atender às exigências da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e mitigar eventuais riscos relacionados à regulação desse setor.
- **Área Financeira:** responsável pelo procedimento interno de contas a pagar, com prazos de pagamentos definidos e um rigoroso controle de fluxo de caixa, visando a otimização do capital de giro da Companhia. A área mantém práticas conservadoras de aplicação financeira, com operações de renda fixa com liquidez diária em bancos considerados de primeira linha, de forma a mitigar eventuais riscos de depredação do seu patrimônio. A área é também responsável pela contratação e renovação de seguros da Companhia.
- **Área de Controladoria:** responsável pelo controle orçamentário da Companhia e pelo acompanhamento mês a mês da evolução orçado x realizado. O orçamento é elaborado mediante a metodologia OBZ (orçamento base zero) e envolve todos os gestores da Companhia, que participam ativamente desde o início das atividades e, após aprovação do orçamento anual pelo Conselho de Administração, os gestores acompanham mês a mês a evolução orçado x realizado, o que visa mitigar eventuais riscos de diminuição dos recursos financeiros da Companhia.
- **Área de Compras:** responsável pelo controle de compras, pela aprovação e liberação de recursos da Companhia, pela análise de todas as operações de compras e por submeter recomendações de compra dos itens cuja alçada de aprovação seja do Conselho de Administração. Desde 2014 a área conta com um rígido procedimento de compras integrado via sistema *ERP (Enterprise Resource Planning)* à controladoria da Companhia, de modo a fazer com que eventuais riscos de lançamentos errados relacionados às operações diárias sejam mitigados.

A Área de Compras é ainda responsável pela implantação e atualização do “*Procedimento de Viagem e de Representação Frente a Terceiros*”, em vigor na Companhia desde 2014, que estabelece procedimentos rígidos para reembolso de despesas pelos colaboradores da Companhia, de acordo com o orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração.

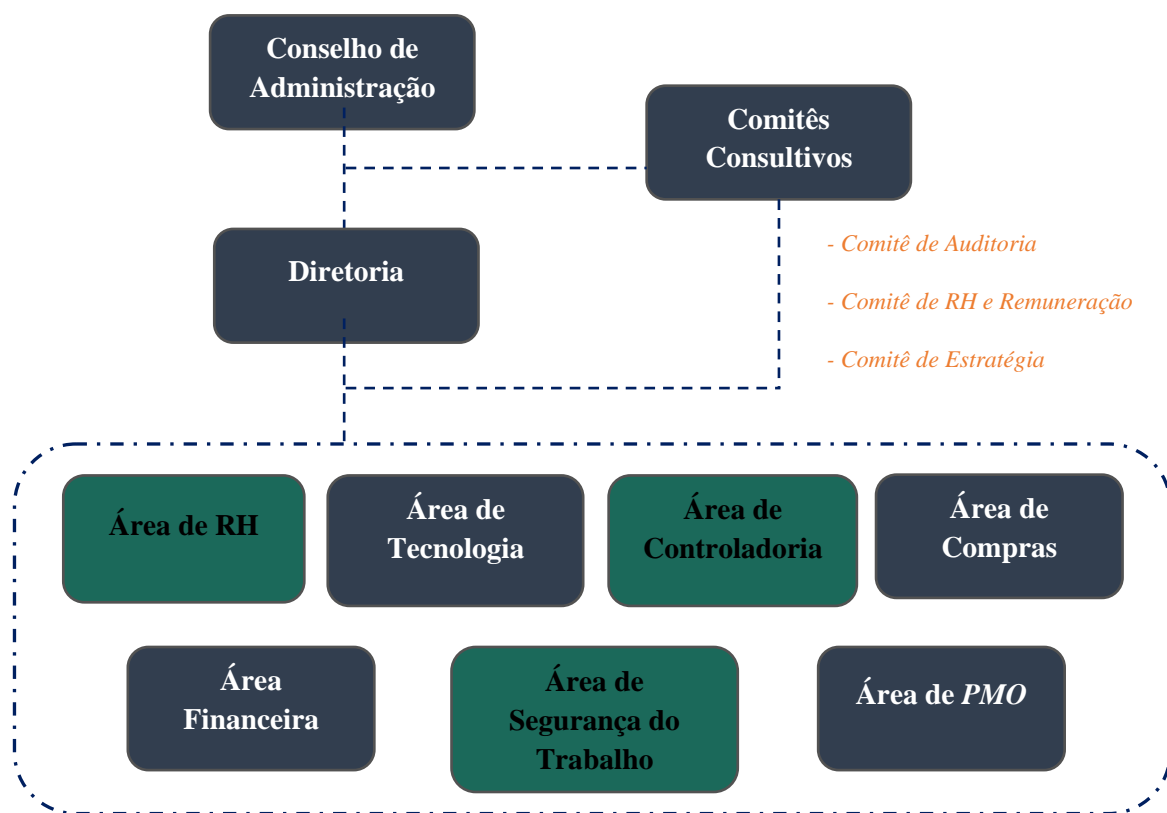


## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

- Área de *Project Management Office (PMO)*:** responsável pela estruturação, organização e controle de todas atividades dos diversos projetos em andamento da Companhia. É de responsabilidade da área o acompanhamento físico do projeto da Companhia, apresentando potenciais riscos e obstáculos à sua execução e indicando à Diretoria as necessidades de ação. O controle físico é comparado mensalmente com o avanço financeiro do projeto, de forma a mitigar eventuais riscos de descasamento de atividades e o potencial aumento não planejado das necessidades de investimento do projeto. Este controle é feito em consonância com a controladoria, responsável pelo controle orçamentário geral da Companhia.

A estrutura organizacional da Companhia para gerenciamento dos riscos indicados no item 4.1 deste Formulário de Referência pode ser representada da seguinte forma:

### *Estrutura Organizacional*



Deste modo, apesar de a Companhia não adotar uma política formal de gerenciamento dos riscos indicados no item 4.1 deste Formulário de Referência, o controle interno exercido pela Diretoria (supervisionada pelo Conselho de Administração), pelos Comitês Consultivos e pelas diversas áreas que compõem a estrutura da Companhia, contribui para que os riscos a que a Companhia está exposta sejam mitigados e controlados.

### **c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

Não obstante não haver uma política formal de gerenciamento dos riscos indicados no item 4.1 deste Formulário de Referência, a atual estrutura operacional pretende fazer com que a Companhia identifique a efetividade dos controles internos adotados, e, por conseguinte, também identifique eventuais aprimoramentos que devam ser realizados em virtude da

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**

alteração dos riscos e dos impactos que esses possam ter sobre as atividades da Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

A Companhia não possui uma política de gerenciamento dos riscos indicados no item 4.2 deste Formulário de Referência, por ser uma empresa que se encontra em estágio pré-operacional e, nesse sentido, ainda não conta com o tamanho e o volume de operações compatíveis com a formalização de uma política de gerenciamento de riscos de mercado.

### **b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:**

#### **i. os riscos de mercado para os quais se busca proteção.**

Apesar de não haver uma política formal de gerenciamento dos riscos indicados no item 4.2 deste Formulário de Referência, a Companhia busca proteção contra os principais riscos que possam afetar os seus negócios, sua situação financeira e os seus resultados de forma relevante.

A Companhia está constantemente monitorando mudanças no cenário setorial e macroeconômico que possam influenciar suas atividades, por meio do acompanhamento dos principais indicadores relacionados a crescimento, juros, inflação, câmbio, etc., buscando proteção contra os principais riscos de mercado aos quais está exposta, conforme descritos no item 4.2 deste Formulário de Referência. São eles:

- riscos político-econômicos;
- riscos cambiais;
- riscos de taxa de juros da dívida financeira da Companhia;
- riscos de liquidez; e
- riscos de crédito.

#### **ii. a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*).**

Conforme descrito no item 4.2 deste Formulário de Referência, os compromissos futuros assumidos pela Companhia em moeda estrangeira implicam riscos de mercado associados às oscilações cambiais do Real em relação principalmente ao Dólar norte-americano e ao Euro. O projeto de investimentos da Companhia prevê um volume significativo de importação de equipamentos e serviços, sujeito a riscos de variação cambial do Real frente a moedas externas. A Companhia procura proteger-se de tais riscos de variação cambial sobre os investimentos futuros em moeda estrangeira, pois tal risco pode afetar a capacidade financeira da Companhia em completar seu projeto de investimentos. No caso de desvalorização do Real em relação às moedas estrangeiras nas quais os compromissos estão atrelados, a Companhia incorrerá em acréscimo monetário com relação a tais compromissos.

Dessa forma, a estratégia de proteção patrimonial (*hedge*) utilizada pela Companhia consiste em manter operações de *hedge* contra o risco cambial relacionado aos investimentos atrelados a moedas estrangeiras, por meio da expatriação dos recursos para conta corrente no exterior, em moeda estrangeira, no montante equivalente à previsão dos compromissos futuros, em conformidade com as regulamentações aplicáveis.

#### **iii. os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*).**

Os instrumentos utilizados para proteção patrimonial (*hedge*) consistem na expatriação dos recursos para conta corrente no exterior em moeda estrangeira, no montante equivalente à previsão dos compromissos futuros, em conformidade com as regulamentações aplicáveis. A Companhia possui ativos em Dólar e Euro, aplicados no exterior, com a finalidade de prover proteção contra o risco cambial relacionado aos investimentos a serem futuramente contratados pela Companhia em moeda estrangeira.

Em 2015, a Companhia realizou operações com instrumentos financeiros derivativos sob aprovação do Conselho de Administração, exclusivamente para fins de proteção de exposições a risco a moeda Dólar, sendo que optou por não renovar os contratos de derivativos vencidos no exercício de 2015. A Companhia contratou operações de NDF (*Non Deliverable Forward*), em dólares, nas seguintes condições:

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

Data da contratação	Data de vencimento	Contraparte	Controladora e consolidado				Resultado ganho (perda)
			Valor lastreado USD mil	Cotação termo negociada	Valor justo		
					Posição ativa	Posição passiva	
08/04/2015	01/07/2015	ITAU	1.500	3,1540	4.654	4.731	(77)
22/05/2015	03/08/2015	ITAU	2.500	3,1409	8.485	7.852	633
			4.000	3,1475	13.139	12.583	556

A Companhia não possui instrumentos financeiros para fins especulativos.

**iv. os parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos.**

Os parâmetros utilizados para o gerenciamento dos riscos de mercado a que a Companhia está exposta são:

- **Riscos político-econômicos:** Acompanhamento contínuo das matérias legislativas que envolvem os segmentos operacionais da Companhia e das matérias relacionadas aos setores dos principais *stakeholders* da Companhia, bem como acompanhamento dos principais indicadores relacionados a crescimento, juros, inflação, câmbio, etc..

Ademais, a estratégia de gestão dos riscos de mercado da Companhia envolve o estudo de análises macroeconômicas externas, consideração das opiniões de seus parceiros financeiros e discussões internas com acionistas e Conselho de Administração, de forma a definir a melhor alocação de recursos.

- **Riscos cambiais:** O parâmetro utilizado para a administração desses riscos são os vencimentos das obrigações da Companhia que exigem desembolso e a previsão de desembolso de moeda estrangeira de acordo com a definição da engenharia e do setor de suprimentos sobre os equipamentos a serem utilizados no processo de fabricação.

Ademais, a Companhia acompanha, de forma contínua, a flutuação *versus* o dólar das moedas locais dos países nos quais a Companhia detém operações.

Considerando eventuais exposições cambiais, em 31 de dezembro de 2015, o cenário I abaixo apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a projeção do Dólar e Euro. Com todas as outras variáveis mantidas constantes estão demonstrados no cenário II e no cenário III os impactos, para os próximos 12 meses, de uma possível valorização do Real para saldos ativos e desvalorização do Real para saldos passivos em 25% e 50%, respectivamente.

	Consolidado Cenário I (Provável)	Cenário II (- 25%) *	Cenário III (- 50%) *
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2015 em			
US\$ - Análise exposição para os próximos 12 meses	281	281	281
Taxa em US\$ em 31/12/2015	3,9048	3,9048	3,9048
Taxa cambial estimada conforme cenários	4,4000 (i)	3,3000	2,2000
Diferenças entre taxas	0,4952	(0,6048)	(1,7048)
Impacto em reais	139	(170)	(479)
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2015 em			
€ - Análise exposição para os próximos 12 meses	15.649	15.649	15.649
Taxa em € em 31/12/2015	4,2504	4,2504	4,2504
Taxa cambial estimada conforme cenários	4,8417 (i)	3,6313	2,4209
Diferenças entre taxas	0,5913	(0,6191)	(1,8295)
Impacto em Reais	9.253	(9.688)	(28.630)

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

(i) Para o cenário em US\$ e € foi considerada a taxa estimada para o último dia de 2016, conforme Bovespa.

(\*) Foram considerados os cenários negativos de variação do Real para Dólar e Euro em função de em 31 de dezembro de 2015 a Companhia apresentar um caixa líquido positivo nestas moedas.

- **Riscos de taxas de juros da dívida financeira da Companhia:** A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, a fim de demonstrar o saldo do ativo financeiro, calculados à uma taxa projetada, considerando um cenário provável (Cenário I), com a desvalorização de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes. Tais valores quando de sua liquidação poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

Indicadores	Exposição 31/12/2015	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Ativo				
Selic	32.807	15,25% (*)	11,44%	7,63%
Receita financeira a incorrer		5.003	3.752	2.502

(\*) Fonte dos índices: Relatório Focus – BACEN de 31/12/2015

- **Riscos de liquidez:** Avaliação constante dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia disponha de caixa suficiente para atender suas despesas e investimentos, bem como o pagamento das dívidas.
- **Riscos de crédito:** Monitoramento constante da exposição da Companhia aos riscos de crédito, sendo que a exposição máxima consiste no valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras e saldos com partes relacionadas, conforme quadro abaixo:

	2015			
	Controladora		Consolidado	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	16.466	16.466	24.987	24.987
Depósitos bancários no exterior	14.014	14.014	14.014	14.014
Títulos e valores mobiliários	90.034	90.034	90.034	90.034
Partes relacionadas	2.094	2.094	-	-
	122.608	122.608	129.035	129.035

- v. **se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*) e quais são esses objetivos.**

A Companhia não opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (*hedge*).

- vi. **a estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado.**

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

Apesar de não haver uma política formal de gerenciamento dos riscos indicados no item 4.2 deste Formulário de Referência, a Companhia tem como prática o monitorando constante das mudanças no cenário setorial e macroeconômico que possam influenciar suas atividades, por meio do acompanhamento periódico dos principais indicadores relacionados a crescimento, juros, inflação, câmbio, etc..

Esse acompanhamento é realizado pela mesma estrutura organizacional descrita no item 5.1 (b) (iii) acima.

Deste modo, apesar de a Companhia não adotar uma política formal de gerenciamento dos riscos indicados no item 4.2 deste Formulário de Referência, o controle interno exercido pela Diretoria (supervisionada pelo Conselho de Administração), pelos Comitês Consultivos e pelas diversas áreas que compõem a estrutura da Companhia, contribui para que os riscos a que a Companhia está exposta sejam mitigados e controlados.

**c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.**

Não obstante não haver uma política formal de gerenciamento dos riscos indicados no item 4.2 deste Formulário de Referência, a administração da Companhia entende que sua atual estrutura operacional a permite identificar a efetividade dos controles internos adotados, e, por conseguinte, também identificar eventuais aprimoramentos que devam ser realizados em virtude da alteração dos riscos e dos impactos que os mesmos possam ter sobre as atividades Companhia.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Os controles internos relacionados à divulgação de informações financeiras da Companhia consistem em procedimentos elaborados para garantir de forma razoável e em todos os aspectos relevantes a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das demonstrações financeiras para divulgação externa, conforme princípios contábeis geralmente aceitos. Os controles internos também fornecem garantias de que o fluxo financeiro seja gerido de acordo com as autorizações da administração da Companhia nesse sentido.

Os controles internos para divulgação de informações financeiras incluem políticas e procedimentos que:

- (i) dizem respeito à manutenção de registros que, razoavelmente detalhados, refletem de maneira acurada e justa as transações e a disposição dos ativos;
- (ii) proveem razoável segurança de que são registradas conforme o necessário para permitir a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis vigentes, e que os gastos e despesas estão sendo realizados em conformidade com as autorizações da administração; e
- (iii) proveem razoável segurança com relação à prevenção ou detecção a tempo de aquisição não autorizada e o uso ou a disposição de ativos que poderiam gerar efeito material nas demonstrações financeiras.

Nesse sentido a Companhia adota as seguintes principais atividades de controles internos, realizadas por áreas de atuação específica na Companhia:

- (i) Tesouraria: conciliações bancárias diárias; elaboração de planilhas auxiliares de controles financeiros; aprovação de pagamentos mediante aval do Diretor Financeiro;
- (ii) Controladoria: controle orçamentário elaborado mensalmente, controle de custos e despesas por meio de centro de custos e projetos;
- (iii) Contabilidade: fechamento contábil mensal com prática de validação da escrituração contábil mediante documentos hábeis que condizem com os saldos de cada conta contábil, controles auxiliares sobre as contas contábeis mais relevantes, atividades de escrituração fiscal e contábil realizadas por colaboradores independentes;
- (iv) Controle Patrimonial: controle de identificação patrimonial; gerenciamento do patrimônio em sistema *ERP (Enterprise Resource Planning)*; realização de inventários patrimoniais anuais; controle do imobilizado em andamento devido sua atual relevância;
- (v) Compras: matriz de aprovação de compras em alçadas pré-determinadas, de acordo com o estatuto social e o acordo de acionistas da Companhia, a qual requer obrigatoriamente a aprovação sistêmica da controladoria e do gestor da respectiva área e, conforme o valor envolvido, a aprovação do Diretor Financeiro, Diretor Presidente e/ou Conselho de Administração; processo de avaliação e qualificação de fornecedores críticos; monitoramento dos processos por meio do indicador *KPI (Key Performance Indicator)*.

Por motivo de limitações inerentes, o controle interno sobre a divulgação de informações financeiras pode não evitar ou detectar demonstrações contendo informações incorretas. A eficácia de projeções e avaliações com relação a períodos futuros é sujeita ao risco de que os controles possam ser inadequados por motivo de mudanças de condições, ou fatores não previstos e que o grau de conformidade com esses procedimentos e políticas possa se deteriorar.

A Companhia revisita periodicamente seus processos internos a fim de melhorar a eficiência dos controles contábeis, contribuindo para a maior segurança nas aprovações de compras e despesas, bem como do registro contábil dentro do período de competência. Os diretores da Companhia estão sempre atentos às novas tecnologias e investem no desenvolvimento de seus controles a fim de aprimorá-los cada vez mais.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### b. as estruturas organizacionais envolvidas.

Nos termos do estatuto social da Companhia, o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro são responsáveis, em conjunto, por elaborar as demonstrações financeiras da Companhia e, nesse sentido, estabelecem e mantêm, juntamente com o Conselho de Administração, controles internos que entendem adequados para a divulgação de informações financeiras.

O Diretor Presidente e o Diretor Financeiro contam com o suporte do Comitê de Auditoria, órgão não estatutário composto por até 5 membros eleitos pelo Conselho de Administração, administradores da Companhia ou não, cuja criação e instalação foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizadas em 24 de fevereiro de 2016.

O Comitê de Auditoria tem por objetivo auxiliar no monitoramento, identificação e mitigação dos potenciais riscos aos quais a Companhia está exposta, por meio de recomendações não vinculativas. Suas atribuições são:

- (i) monitorar a qualidade e integridade das informações trimestrais, das demonstrações financeiras intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração;
- (ii) acompanhar as práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração de suas demonstrações financeiras;
- (iii) supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: a sua independência; a qualidade de serviços prestados e a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia;
- (iv) supervisionar as atividades da auditoria interna da Companhia e de suas controladas, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como a qualidade e integridade dos processos de auditoria interna e independente, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las;
- (v) opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes; e
- (vi) outras atribuições que venham a ser designadas pelo Conselho de Administração.

A Diretoria e o Comitê de Auditoria dispõem das seguintes estruturas organizacionais para a elaboração e garantia da qualidade das demonstrações financeiras:

- **Tesouraria:** responsável por (i) realizar conciliações bancárias diárias; (ii) elaborar planilhas auxiliares de controles financeiros; e (iii) aprovar pagamentos mediante aval do diretor financeiro; entre outras atribuições.
- **Controladoria:** responsável por (i) realizar, mensalmente, o controle orçamentário; (ii) controlar os custos e despesas; entre outras atribuições.
- **Contabilidade:** responsável por (i) realizar o fechamento contábil mensal por meio da validação da escrituração contábil; (ii) realizar o controle auxiliar das contas contábeis mais relevantes, assim como das atividades de escrituração fiscal e contábil realizadas pelos auditores independentes; entre outras atribuições.
- **Controle Patrimonial:** responsável por (i) realizar o controle de identificação patrimonial e gerenciamento do patrimônio em sistema *ERP (Enterprise Resource Planning)*; (ii) realizar inventários patrimoniais anuais; (iii) controlar o imobilizado em andamento devido sua atual relevância; entre outras atribuições.

Cada uma dessas estruturas é beneficiada pelo sistema de informática *ERP (Enterprise Resource Planning)*, responsável por cuidar de todas as operações diárias da



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Companhia, desde o faturamento até o balanço contábil, de compras a fluxo de caixa, de apuração de impostos a administração de pessoal, de inventário de estoque às contas a receber, enfim, todo o trabalho administrativo e operacional feito dentro da Companhia, com maior integração e clareza entre as áreas.

**c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.**

Nos termos do estatuto social da Companhia, o Diretor Presidente e o Diretor Financeiro são responsáveis, em conjunto, por elaborar as demonstrações financeiras da Companhia e, nesse sentido, monitoram os controles internos existentes para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, auxiliados pelo Comitê de Auditoria e pelas áreas de Tesouraria, Controladoria, Contabilidade e Controle Patrimonial, conforme descrito no item 5.3 (b) acima.

Como parte do processo de supervisão dos controles internos, a Diretoria elabora para cada área existente no âmbito da Companhia um mapeamento dos procedimentos de suas principais atividades, a fim de estabelecer um padrão nas rotinas diárias de cada uma das áreas, assim como deixar registrado as atividades mais complexas desenvolvidas por cada uma delas, por meio da elaboração de fluxogramas.

**d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente.**

Os auditores independentes não reportaram quaisquer deficiências significativas aos controles internos da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conforme carta emitida pelos auditores independentes em 12 de Maio de 2016, cujos termos são transcritos abaixo:

*“Fomos contratados para examinar as demonstrações financeiras da Biommm S.A. em 31 de dezembro de 2015, conduzindo nossos trabalhos de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, e emitimos nosso relatório de auditoria sobre essas demonstrações contábeis em 16 de março de 2016, sem ressalvas, contendo ênfase sobre a dependência do projeto da Companhia e sua investida para as operações futuras da Companhia.*

*Os procedimentos foram realizados, com o propósito exclusivo mencionado no parágrafo acima, e, considerando as limitações inerentes ao processo de auditoria das demonstrações financeiras, não necessariamente nos permitiram identificar todas as deficiências dos controles internos da Biommm S.A.. Os nossos comentários referem-se aos controles internos em vigor quando da execução de nossos trabalhos de auditoria, que foram concluídos em 16 de março de 2016; não efetuamos nenhum procedimento de auditoria posteriormente à referida data. Os procedimentos de auditoria não foram conduzidos com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controle interno da Companhia e por isso não emitimos tal opinião. Além disso, não foram consideradas eventuais modificações desses controles porventura ocorridas após essa data.*

*No contexto acima descrito, e para fins de cumprimento de requerimento da Comissão de Valores Mobiliários – CVM por meio do Ofício-Circular/CVM/SNC/GNA n.º 01/2016, de 21 de janeiro de 2016, informamos que os nossos procedimentos de auditoria não identificaram deficiências significativas de controles a serem reportadas a V.Sas. Não obstante, para fins de cumprimento de suas responsabilidades na administração da Biommm S.A., inclusive demandas regulatórias tais como o preenchimento do Formulário de Referência, V.Sas. devem observar que podem existir outras deficiências ou ineficácias nos controles internos, além das deficiências reportadas neste relatório, não endereçadas ou identificadas em nossos trabalhos.”*

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**

**e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.**

Não obstante os auditores independentes não terem reportado quaisquer deficiências significativas aos controles internos da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Diretoria entende que existem algumas oportunidades de melhoria nos controles internos relacionados à elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, entre as quais:

- Formalização de uma política relacionada à captação de recursos financeiros pela Companhia, com determinação de alçadas de aprovação e revisão.
- Formalização de um manual de política de gestão de aplicações financeiras da Companhia.
- Elaboração de uma política formal de procedimentos contábeis, encerramento e revisão das demonstrações financeiras, à medida que o volume de operações, bem como o número de pessoas e áreas envolvidos aumenta.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas**

Não houve alterações significativas no último exercício social nos principais riscos a que a Companhia está exposta, conforme descritos nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência, e a Companhia não adota uma política formal de gerenciamento de riscos.

Adicionalmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução significativa dos riscos mencionados nos itens 4.1 e 4.2 deste Formulário de Referência.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e**

Não há outras informações relevantes não divulgadas nos itens 5.1 a 5.4 deste Formulário de Referência.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O principal negócio da Companhia será a unidade de produção biofarmacêutica, destinada à produção e comercialização de insulina e outras proteínas terapêuticas, por engenharia genética (biofármacos), que está em construção na cidade de Nova Lima, no estado de Minas Gerais. Para tal, a Companhia captou recursos para seu investimento oriundos de investidores e agentes financiadores.

A Companhia concluiu o seu processo de capitalização em janeiro de 2014, com o volume total de subscrições de 13.488 mil ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, totalizando R\$ 155.522 mil, representando cerca de 78% do montante máximo do aumento de capital aprovado, tendo sido subscrito e integralizado, portanto, o número de ações necessário para que o Conselho de Administração homologasse o aumento de capital, conforme informado nos Avisos aos Acionistas divulgados em 21 de novembro de 2013, 30 de dezembro de 2013 e 10 de janeiro de 2014.

Em 2013 foram contratadas linhas de financiamento destinadas a completar o investimento de construção da fábrica de produção de insulina. Em 2015, a Companhia recebeu o montante de R\$37.000 mil, perfazendo um valor total de R\$82.858 mil já recebidos dos 200.098 mil inicialmente contratados. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP são as entidades financiadoras deste projeto.

Dando continuidade da construção da fábrica iniciada em 2014, em 2015 ocorreu a finalização do projeto de engenharia detalhada da Fase 1 além da contratação dos fornecedores para o prosseguimento do projeto, a saber: (i) gerenciamento da obra durante toda a Fase 1 do projeto, (ii) pré-moldados e fundação, (iii) sistema de drenagem pluvial, (iv) subestação elétrica, (v) fechamento e cobertura, (vi) mobiliário para laboratório e (vii) instalações elétricas. A Companhia, nos últimos 2 anos, iniciou também a aquisição e encomenda dos principais equipamentos de produção da primeira fase, para formulação e envase. No final de 2015 alguns equipamentos fabricados especificamente para a Biommm foram validados tecnicamente pela equipe da Companhia em seus respectivos locais de fabricação no exterior. O transporte e instalação dos primeiros equipamentos estão previstas a partir do primeiro semestre de 2016.

No Brasil, além da sede em Belo Horizonte e das filiais de Montes Claros (centro de pesquisa), Nova Lima (futura instalação da unidade fabril) e Contagem (centro de estocagem e distribuição), todas no localizadas no estado de Minas Gerais, a companhia possui uma filial em Itajaí - Santa Catarina (também centro de estocagem e distribuição).

Dois relevantes contratos de parceria comercial de importação de insulina foram assinados no final de 2014 pela Companhia, com a finalidade de antecipar a entrada da Companhia no mercado brasileiro, antes mesmo do início de sua produção própria. Tais contratos tem por objeto o fornecimento de (a) insulina análoga Glargina, em parceria com a empresa Gan&Lee Pharmaceutical Limited. e (b) insulina NPH e Regular em parceria com a Bioton S.A.. Vale salientar que ambos os contratos possuem exclusividade entre estes fornecedores e a Companhia no mercado brasileiro e estão condicionados à obtenção dos registros das insulinas junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

A Companhia encerrou o exercício de 2015 com disponibilidades líquidas no montante de R\$14.014 (quatorze milhões e quarenta mil reais) em depósitos no exterior de curto prazo, R\$ 90.034 (noventa milhões e trinta e quatro mil reais) em aplicações em títulos e valores mobiliários no mercado local e no exterior, com prazo superior a 90 dias, e R\$ 16.408 (dezesesseis milhões quatrocentos e oito reais) em aplicações de curto prazo no mercado local. Estas verbas são destinadas a cobrir investimentos e despesas pré-operacionais da construção da unidade fabril em Nova Lima.

A Biommm também está licenciando sua tecnologia e participando do projeto de implantação de uma planta de produção de insulinas humanas recombinantes na Arábia Saudita, através de um contrato de Joint Venture (JV) entre Gabas Holding e Biommm Middle East Inc (Biommm ME - subsidiária integral da Biommm S.A.), chamado Gabas Global Company for Biotechnology. Em 2014, dando andamento ao projeto, foi assinado por Gabas um contrato

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

com um consórcio europeu, para elaboração do Projeto de Engenharia Conceitual da planta da unidade fabril de Gabas. Em 22 de abril de 2015 ocorreu, com a participação da equipe local de Gabas, Biommm e a do consórcio de engenharia contratada, a assinatura do termo de liberação das informações técnicas da Biommm, necessárias para o início do projeto de engenharia da JV Company.

Em 8 dezembro de 2015, a Biommm firmou a renegociação dos termos acordados na constituição da sociedade da JV Company envolvendo Gabas Holding e a Biommm Middle East, resultando na formalização de (i) Alteração do acordo de acionistas entre as partes e (ii) Alteração do Estatuto Social de Gabas. Os pontos principais de renegociação entre as partes foram:

- (i) Alteração da participação societária inicial da Companhia de 49% (quarenta e nove por cento) para 15% (quinze por cento) do negócio, tendo como contrapartida a quitação das obrigações financeiras até então assumidas pela Biommm ME referente ao recurso inicial aportado na constituição da JV. Foi pactuado, ainda, termo de outorga de opção de compra de ações da Gabas Global em favor da Biommm Middle East, sendo que a Companhia, ao ter seu percentual de participação diluído, tem a opção de compra de até 15% da JV por US\$1,00 (um dólar);
- (ii) A instituição de um cronograma contemplando o prazo da construção e da operação da planta na Arábia Saudita;
- (iii) Pactuado um termo de outorga de opção de venda das ações da Gabas Global pela Biommm Middle East até 5 (cinco) anos após o início da produção da unidade fabril da Gabas Global, mediante avaliação de mercado independente na data.

Para que o projeto de Gabas possa evoluir conforme o cronograma traçado, a Companhia aguarda a liberação pelas autoridades Sauditas da renovação das licenças governamentais necessárias para a construção e produção na Arábia Saudita.

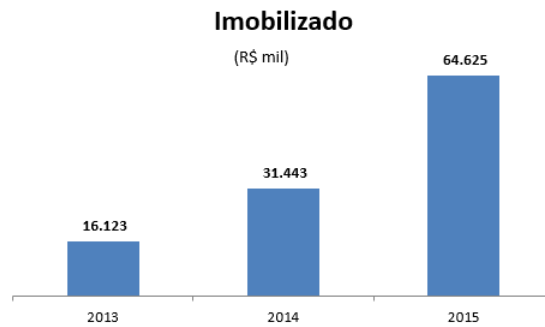
A Diretoria entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e cumprir suas obrigações de curto, médio e longo prazo, que são confirmadas pelos seus índices de liquidez. As tabelas abaixo apresentam a evolução dos principais indicadores financeiros da Companhia, considerando suas demonstrações financeiras consolidadas:

	2013	2014	2015
Ativo Circulante	94.802	110.965	130.406
Passivo Circulante	10.240	6.758	13.862
<b>Índice de Liquidez Corrente</b>	<b>9,3</b>	<b>16,4</b>	<b>9,4</b>

	2013	2014	2015
Ativo Circulante	94.802	110.965	130.406
Realizável LP	-	607	1.134
Passivo Circulante	10.240	6.758	13.862
Passivo não-circulante	18.902	65.705	100.683
<b>Liquidez Geral</b>	<b>3,3</b>	<b>1,5</b>	<b>1,1</b>

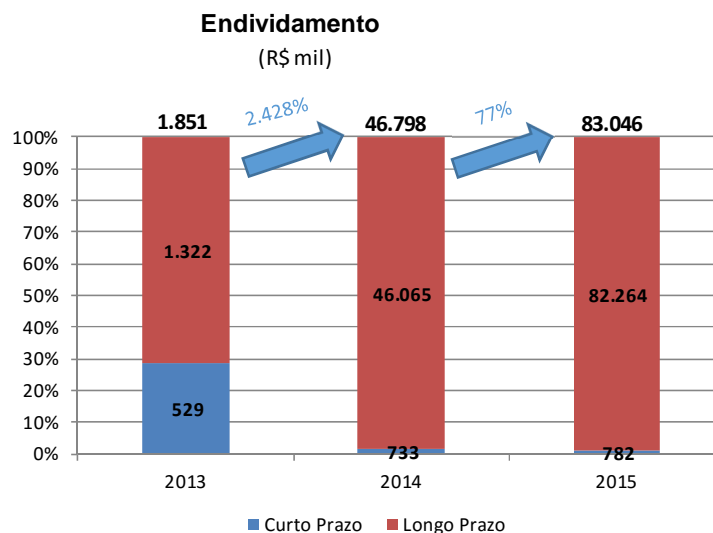
A Companhia encerrou o exercício de 2015 com disponibilidades líquidas no montante de R\$14,0 milhões em depósitos no exterior de curto prazo, R\$ 90,0 milhões em aplicações em títulos e valores mobiliários no mercado local e no exterior, com prazo superior a 90 dias, e R\$16,4 milhões em aplicações de curto prazo no mercado local. Estas verbas são destinadas a cobrir investimentos e despesas pré-operacionais da construção da unidade fabril em Nova Lima. Em virtude deste projeto, concomitantemente à aquisição de máquinas e equipamentos para a mesma, a evolução dos ativos imobilizados da Companhia tem crescido ano após ano, conforme gráfico abaixo:

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais



No Brasil, além da sede em Belo Horizonte e das filiais de Montes Claros (centro de pesquisa), Nova Lima (futura instalação da unidade fabril) e Contagem (centro de estocagem e distribuição), todas localizadas no estado de Minas Gerais, a Companhia possui uma filial em Itajaí - Santa Catarina (também centro de estocagem e distribuição). O imobilizado representa, em 31/12/15, 28% dos ativos da Companhia, enquanto que em 2013 era 12% e em 2014, 18%, o que demonstra a importância que os investimentos na fábrica têm para a Companhia.

Para suportar a construção da unidade fabril, a Companhia vem se financiando por meio de empréstimos, principalmente de longo prazo. Em 2013 foram contratadas linhas de financiamento destinadas a completar o investimento de construção da fábrica de produção de insulina. Em 2015, a Companhia recebeu o montante de R\$37,0 milhões, perfazendo um valor total de R\$82,0 milhões já recebidos dos R\$200,1 milhões inicialmente contratados. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG e a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP são as entidades financiadoras deste projeto. Em 2015, o endividamento totalizou R\$83,0 milhões, sendo R\$82,3 milhões de longo prazo, com novas linhas de BNDES e BDMG captadas.



Os financiamentos de longo prazo vêm em linha com a estratégia de construção da unidade fabril, que tem como estimativa o início das operações em 2018.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### b) Estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia, em relação aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013, está descrita na tabela a seguir:

	2013	%	2014	%	2015	%
Capital de Terceiros	29.142	21%	72.463	40%	114.545	50%
Capital Próprio	108.936	79%	107.101	60%	115.128	50%
Total	138.078	100%	179.564	100%	229.673	100%

### c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia possui disponibilidade de recursos oriundos do processo de capitalização que ocorreu entre dezembro de 2013 e janeiro de 2014. Em 19 de setembro de 2013, a Companhia celebrou o Contrato de Subscrição de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Subscrição") que previa, entre outras disposições, o investimento na Companhia pelas seguintes entidades: IBR L.P. (sociedade controlada pelo fundo TMG II PE Fund L.P., denominado "IBR"), BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. ("BNDESPAR"), BDMGTEC PARTICIPAÇÃO S.A. ("BDMGTEC").

Após a Companhia receber tal capitalização, parte dos recursos foram transferidos para conta corrente e aplicados no exterior, em Dólares e Euros, a fim de proteger os futuros compromissos de investimento da Companhia em moeda estrangeira.

Além disso, a Companhia assinou financiamento em moeda local, firmado com bancos de fomento (conforme detalhado no item abaixo 10.1f), que preveem liberação do restante de recurso necessário para a construção da unidade industrial biofarmacêutica da Companhia em Nova Lima – Minas Gerais.

O quadro seguinte demonstra as disponibilidades frente aos compromissos assumidos da Companhia em 2015.

	Consolidado			
	31/12/2015		31/12/2014	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Caixa disponível no exterior US\$	2.174	8.489	535	1.421
Depósitos bancários e aplicações financeiras US\$	5.281	20.621	15.141	40.218
Compromissos em US\$	(7.174)	(28.013)	(7.176)	(19.061)
Caixa líquido em US\$	281	1.097	8.500	22.578
Caixa disponível no exterior EUR	7	30	73	236
Depósitos bancários e aplicações financeiras EUR	15.770	67.029	17.993	58.084
Compromissos em EUR	(128)	(544)	(159)	(515)
Caixa líquido em EUR	15.649	66.515	17.907	57.785
Compromissos em Rial	-	-	(22.050)	(15.612)

### d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

Atualmente, a principal fonte de financiamento para investimento em ativos não circulantes da Companhia e para despesas pré operacionais são os recursos aportados pelo seu processo de capitalização, bem como os contratos de financiamento.

### e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

As fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos são essencialmente coincidentes com as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, quais sejam, os recursos aportados pela subscrição de novas ações e contratos de financiamentos firmados.

- f) **Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas e; (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

O saldo dos empréstimos financeiros aberto em 31 de dezembro de 2015 está demonstrado a seguir:

Instituição Financeira	Valor contratado	Vencimento final	Valor captado até 2015	Juros Anuais	Saldo contábil em 31/12/2015	Saldo contábil em 31/12/2014
BNDES	73.557	2025	50.000	TFLP + 2,24%	50.246	23.170
FINEP	70.438	2025	14.858	TJLP	14.950	14.890
BDMG	26.103	2025	18.000	TJLP + 3%	18.089	8.059
BDMG	2.000	2017	2.000	8,00%	794	1.324
FAPEMIG	30.000	2025	-	3,11%	-	-
			<b>84.858</b>		<b>84.079</b>	<b>47.443</b>

Em conformidade com as deliberações tomadas na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 20 de agosto de 2013, na data de 19 de setembro de 2013 foram firmados os seguintes contratos de financiamento também com vistas à implementação do Projeto:

- i) Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, no valor de R\$ 73.557. Sobre o principal da dívida da BENEFICIÁRIA são devidos juros à taxa fixa de 3,5% (três vírgula cinco por cento) ao ano (a título de remuneração). O montante dos juros será exigível trimestralmente, no dia 15 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano, no período compreendido entre 15 de outubro de 2013 e 15 de outubro de 2017, e mensalmente, a partir do dia 15 de novembro de 2017, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou liquidação deste Contrato. O principal da dívida decorrente deste contrato deve ser pago ao BNDES em 96 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 de novembro de 2017, comprometendo-se a BIOMM a liquidar com a última prestação, em 15 de outubro de 2025, todas as obrigações decorrentes deste contrato. Em RCA realizada em 11/11/2015, foi aprovado pelo Conselho de Administração a assinatura de Termo Aditivo 2 BNDES, no qual, ficou repactuado que, a partir da data de sua celebração, sobre o principal da dívida incidirão juros de 2,24% (dois inteiros e vinte e quatro décimos por cento) ao ano (a título de remuneração), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil. I –
- ii) Contrato de Financiamento celebrado com a Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de até R\$ 70.438, por Escritura Pública, de acordo com os termos e condições previstos nos respectivos instrumentos. Sobre o principal da dívida incidirão, pro rata tempore, juros compostos de TJLP acrescidos de 5% (cinco por cento) ao ano a título de SPREAD, reduzidos por EQUALIZAÇÃO equivalente a 5% (cinco por cento) ao ano. O principal da dívida decorrente deste Contrato deve ser pago à FINEP em 97 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas. Durante o período de carência de 48 meses, que abrange o período compreendido entre a data da assinatura do Contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, serão cobrados os encargos acima referido. O

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

montante de juros será apurado e exigido mensalmente, durante o prazo de carência, vencendo todo dia 15. Durante o período de amortização, o montante de juros acima referido, será exigido juntamente com as prestações do principal e no vencimento ou na liquidação do contrato.

- iii) Contrato de Financiamento mediante Repasse Indireto de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social- BNDES, celebrado com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, no valor de R\$26.103. Às seguintes taxas: a) a serem cobrados ao BDMG pelo BNDES: 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao ano (a título de remuneração); e b) a serem cobrados à Biommm pelo BDMG: 3,5% (três vírgula cinco por cento) ao ano (a título de remuneração). O prazo de carência é de 48 meses, contados a partir do dia 15 imediatamente subsequente à data da formalização jurídica da operação, e encerrando-se em 15/10/2017. Durante o período de carência os juros serão exigidos trimestralmente. As amortizações serão em 96 meses, sendo as prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas. Em RCA realizada em 11/11/2015, foi aprovado pelo Conselho de Administração a assinatura de Termo Aditivo 2 BDMG, no qual, ficou repactuado que sobre o principal da dívida da Companhia incidirão juros de 3% ao ano (a título de remuneração), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil.
- iv) Contrato de Financiamento mediante repasse de recursos originários Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. - BDMG, no valor de R\$2.000. Sobre o valor total do crédito incidirão juros à taxa efetiva de 8,00% (oito por cento) ao ano, calculados por dias corridos, exigidos juntamente com as prestações de principal, durante a amortização, bem como no vencimento ou na liquidação da dívida, independentemente da emissão de aviso de cobrança. O prazo de carência é de 12 meses, contados a partir da data de assinatura do contrato. A dívida será paga em 48 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15/07/2013 e a última em 15/06/2017, independentemente da emissão de aviso de cobrança.
- v) Contrato de Financiamento mediante repasse de recursos originários da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, no valor de R\$30.000, celebrado com o BDMG na qualidade de mandatário da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. Sobre o valor total do crédito incidirão juros à taxa efetiva de 3,11% (três vírgula onze por cento) ao ano, calculados por dias corridos, com base na taxa equivalente diária (365 ou 366 dias), capitalizados mensalmente durante o período de carência. Referidos juros serão exigidos juntamente com as prestações de principal, nos respectivos vencimentos e na liquidação da dívida, exceto durante o período compreendido entre a liberação dos recursos e o vencimento da primeira prestação (período de carência), em que serão exigidos trimestralmente. O prazo de carência é de 48 meses, contados a partir do dia 15 subsequente à data da formalização jurídica da operação. A dívida será paga em 96 prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15/11/2017 e a última em 15/10/2025, independentemente da emissão de aviso de cobrança.

A Administração da Companhia gerencia seu fluxo de caixa de acordo com suas disponibilidades versus seus compromissos, buscando constantemente maior eficiência nesta gestão e mantendo seus recursos aplicados no mercado financeiro de forma conservadora e em instituições de primeira linha.

**g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados.**

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nos contratos de financiamento firmados com os bancos de fomento elencados no item anterior estão previstas cláusulas de cumprimento, pela Companhia, de índices financeiros apurados anualmente em balanço auditado por empresa de auditoria independente registrada na Comissão de Valores Mobiliários, que deverão ser calculados e mantidos pela Companhia durante a vigência de todo o contrato. Estes índices entrarão em vigor a partir da incidência de 12 parcelas de amortização do principal do valor contratado.

### h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

As tabelas a seguir apresentam os valores consolidados dos balanços patrimoniais e demonstrações do resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015, 2014 e 2013.

	Consolidado 31/12/2015	AV	2015/14 AH	Consolidado 31/12/2014	AV	2014/13 AH	Consolidado 31/12/2013	AV
<b>ATIVO</b>								
<b>CIRCULANTE</b>								
Caixa e equivalente de caixa	24.987	11%	234%	7.478	4%	-64%	20.680	15%
Depósitos bancários no exterior	14.014	6%	-51%	28.362	16%	-60%	71.798	52%
Títulos e valores mobiliários	90.034	39%	23%	73.470	41%		-	0%
Impostos a recuperar	333	0%	-40%	557	0%	116%	258	0%
Despesas antecipadas	663	0%	-31%	965	1%	-47%	1.820	1%
Outros ativos circulantes	375	0%	182%	133	0%	-46%	246	0%
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>130.406</b>	<b>57%</b>	<b>18%</b>	<b>110.965</b>	<b>62%</b>	<b>17%</b>	<b>94.802</b>	<b>69%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
Despesas antecipadas	646	0%	6%	607	0%		-	0%
Outros ativos não circulantes	488	0%		-	0%		-	0%
Investimentos	5.337	2%	-45%	9.669	5%	-1%	9.732	7%
Imobilizado	64.625	28%	106%	31.443	18%	95%	16.123	12%
Intangível	28.171	12%	5%	26.880	15%	54%	17.421	13%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>99.267</b>	<b>43%</b>	<b>45%</b>	<b>68.599</b>	<b>38%</b>	<b>59%</b>	<b>43.276</b>	<b>31%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>229.673</b>	<b>100%</b>	<b>28%</b>	<b>179.564</b>	<b>100%</b>	<b>30%</b>	<b>138.078</b>	<b>100%</b>
	Consolidado 31/12/2015	AV	2015/14 AH	Consolidado 31/12/2014	AV	2014/13 AH	Consolidado 31/12/2013	AV
<b>PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO</b>								
<b>CIRCULANTE</b>								
Fornecedores	8.998	4%	231%	2.719	2%	-67%	8.314	6%
Empréstimos e financiamentos	782	0%	7%	733	0%	39%	529	0%
Impostos a recolher	717	0%	0%	714	0%	-24%	939	1%
Salários e encargos Sociais	3.231	1%	25%	2.581	1%	464%	458	0%
Outras contas a pagar	134	0%	1118%	11	0%		-	0%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>13.862</b>	<b>6%</b>	<b>105%</b>	<b>6.758</b>	<b>4%</b>	<b>-34%</b>	<b>10.240</b>	<b>7%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>								
Empréstimos e financiamentos	82.264	36%	79%	46.065	26%	3384%	1.322	1%
Partes Relacionadas	-	0%	-100%	15.612	9%	13%	13.772	10%
Adiantamento de clientes estrangeiro	10.248	4%	317%	2.456	1%	13%	2.166	2%
Tributos diferidos	7.338	3%		-	0%		-	0%
Outras contas a pagar	833	0%	-47%	1.572	1%	-4%	1.642	1%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>100.683</b>	<b>44%</b>	<b>53%</b>	<b>65.705</b>	<b>37%</b>	<b>248%</b>	<b>18.902</b>	<b>14%</b>
<b>PATRIMONIO LÍQUIDO</b>								
Capital social	168.584	73%	0%	168.584	94%	7%	157.776	114%
Reserva de capital	12.366	5%	0%	12.366	7%	0%	12.366	9%
Prejuízos acumulados	(69.566)	-30%	-11%	(77.848)	-43%	20%	(65.135)	-47%
Ajuste Acumulado de Conversão	3.744	2%	-6%	3.999	2%	2%	3.929	3%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>115.128</b>	<b>50%</b>	<b>7%</b>	<b>107.101</b>	<b>60%</b>	<b>-2%</b>	<b>108.936</b>	<b>79%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PL</b>	<b>229.673</b>	<b>100%</b>	<b>28%</b>	<b>179.564</b>	<b>100%</b>	<b>30%</b>	<b>138.078</b>	<b>100%</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

**Demonstrações Financeiras Condensadas**  
**Demonstração do Resultado do exercício**  
**BIOMM - Consolidado**  
**(em milhares de reais - R\$)**

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2015</u>	<u>AH</u> <u>2015/2014</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2014</u>	<u>AH</u> <u>2014/2013</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2013</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	(20.251)	28%	(15.795)	57%	(10.087)
Outras despesas e receitas operacionais	(2.034)	145%	(831)	-35%	(1.271)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.135)	830%	(122)	-102%	7.082
Realização de lucro no ativo	-		-	-100%	(3.240)
Resultado de alienação de investimento	20.426		-		-
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>(2.994)</u>	-82%	<u>(16.748)</u>	123%	<u>(7.516)</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	67.008	190%	23.075	781%	2.619
Despesas financeiras	<u>(48.394)</u>	154%	<u>(19.040)</u>	269%	<u>(5.162)</u>
Despesas/receitas financeiras líquidas	<u>18.614</u>	361%	<u>4.035</u>	-259%	<u>(2.543)</u>
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	<u>15.620</u>	-223%	<u>(12.713)</u>	26%	<u>(10.059)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.338)		-		-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>8.282</u>	-165%	<u>(12.713)</u>	26%	<u>(10.059)</u>

**Comentários sobre alterações significativas na comparação entre os balanços patrimoniais consolidados dos exercícios de 2015 e 2014**

**Ativos**

Os ativos totais consolidados da Companhia cresceram 28% em 2015, para R\$229,7 milhões, o que pode ser explicado, principalmente, pelas variações nos itens comentados abaixo, considerando os montantes classificados no ativo circulante e não circulante:

Caixa e equivalentes de caixa tiveram importante aumento de 234%, para R\$25,0 milhões (representando 11% dos ativos totais), decorrentes de empréstimos levantados durante 2015 para garantir a construção da unidade fabril em Nova Lima.

Imobilizado cresceu 106%, para R\$64,6 milhões (representando 28% dos ativos totais), em linha com a construção da fábrica e aquisição de máquinas e equipamentos para a mesma, que representam grande parte deste montante. Aumentamos também duas filiais, que também contribuíram para o crescimento do imobilizado.

**Passivos**

Os passivos totais consolidados da Biommm aumentaram 53% em 2015, para R\$100,7 milhões, explicados principalmente, pelas variações nos itens comentados abaixo, considerando os montantes classificados no passivo circulante e não circulante:

A linha Fornecedores cresceu 231%, para R\$9 milhões (representando 4% do total de passivos), em virtude de pagamentos a serem realizados devido a compras de materiais para a construção da fábrica.

Adiantamento de clientes estrangeiros elevaram-se em 317%, para R\$10,2 milhões (representando 4% do total de passivos) e referem-se a prestação de serviços de licenças de tecnologia negociadas na Arábia Saudita.

**Patrimônio Líquido**

O patrimônio líquido teve um incremento de 7% durante 2015, para R\$115,1 milhões, principalmente devido ao fato de que os prejuízos acumulados da Companhia

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

decreceram 11%, para R\$69,6 milhões. Esta diminuição decorre do lucro líquido no exercício de 2015. O Patrimônio Líquido representa 50% do total de passivos.

### **Comentários sobre alterações significativas na comparação entre os balanços patrimoniais consolidados dos exercícios de 2014 e 2013**

#### **Ativos**

Os ativos totais consolidados da Companhia cresceram 30% em 2014, equivalente a R\$179,6 milhões, o que pode ser explicado principalmente pelos itens comentados abaixo, considerando os montantes classificados no ativo circulante e não circulante:

Caixa e equivalentes de caixa decresceram 64%, para R\$7,5 milhões (4% dos ativos totais), ao mesmo tempo em que depósitos no exterior também apresentaram queda de 60%, para R\$28,4 milhões (16% dos ativos totais). Estes dois movimentos juntos totalizaram uma diminuição de R\$56,6 milhões, que foram totalmente compensados pelo aumento da linha de Títulos e Valores Mobiliários, de R\$73,5 milhões (41% dos ativos totais).

Imobilizados também tiveram incremento importante de 95%, para R\$31,4 milhões, representando 18% dos ativos totais, devido à construção da nova unidade fabril e aquisição de máquinas e equipamentos.

#### **Passivos**

Os passivos totais consolidados da Biommm cresceram 248% em 2014, equivalente a R\$65,7 milhões, explicados principalmente pelas variações nos itens comentados abaixo, considerando os montantes classificados no passivo circulante e não circulante:

Salários e encargos sociais aumentaram 464%, para R\$2,6 milhões (1% dos passivos totais), em virtude de aumento de pessoal, com vistas à futura operação da Companhia.

Empréstimos de curto prazo incrementaram 39%, enquanto os financiamentos de longo prazo cresceram 3.384%, totalizando R\$46,8 milhões. Estas novas linhas foram abertas para suportar a construção da unidade fabril. Os empréstimos totalizam 26% dos passivos totais.

#### **Patrimônio Líquido**

O patrimônio líquido decresceu 2% em 2014, para R\$107,1 milhões, explicado principalmente pela conta de prejuízos acumulados, que incrementou 20%, em virtude do resultado negativo no ano. O patrimônio líquido representa 60% dos passivos totais.

### **Comentários sobre alterações significativas na comparação entre as demonstrações de resultado consolidados dos exercícios de 2015 e 2014**

#### **Receitas**

Conforme já informado anteriormente, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional e ainda não gera receitas.

#### **Receitas e Despesas Operacionais**

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

A Biommm obteve um prejuízo operacional antes do resultado financeiro de R\$3,0 milhões, um decréscimo de 82% em relação a 2014, impactado principalmente por:

Despesas gerais e administrativas aumentaram 28%, para R\$20,3 milhões, quando compara-se o ano de 2015 em relação a 2014, principalmente em virtude de contratação de profissionais para dar suporte ao projeto fabril.

A Companhia obteve um resultado importante de R\$20,4 milhões, referente à alienação de investimento, que diz respeito à alteração na composição do capital de sua joint venture na Arábia Saudita. Este é um efeito não-recorrente em seu resultado.

### Resultado Financeiro

A Companhia auferiu receita financeira 190% superior ao do ano anterior, para R\$67,0 milhões, e as despesas financeiras também cresceram, para R\$48,4 milhões, 154% em relação a 2014. Esses aumentos tanto em receita quanto despesas financeiras se tratam, principalmente, na desvalorização do real frente ao Euro e ao Dólar durante o ano de 2015, tendo como efeito o aumento expressivo da variação cambial ocorridos em 2015.

O resultado antes dos impostos foi positivo em R\$15,6 milhões, com o reconhecimento de imposto de renda diferido e geração de lucro líquido de R\$8,3 milhões.

### Comentários sobre alterações significativas na comparação entre as demonstrações de resultado consolidados dos exercícios de 2014 e 2013

#### Receitas

Conforme já informado anteriormente, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional e ainda não gera receitas.

#### Receitas e Despesas Operacionais

A Biommm obteve um prejuízo operacional antes do resultado financeiro de R\$16,7 milhões, um acréscimo de 123% em relação a 2013, impactado principalmente por Despesas gerais e administrativas, que aumentaram 57%, para R\$15,8 milhões, quando compara-se o ano de 2014 em relação a 2013, principalmente em virtude de contratação de profissionais para dar suporte ao projeto fabril.

### Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido foi positivo em R\$4,0 milhões em 2014, comparado com um prejuízo financeiro líquido de R\$2,5 milhões em 2013, afetado principalmente pela receita financeira de R\$23,1 milhões, que aumentou 781%, em virtude da capitalização da Companhia efetuada pelos seus acionistas.

O prejuízo líquido em 2014 foi de R\$12,7 milhões, incremento de 26% em relação a 2013.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### (i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Biomm S.A. encontra-se em fase pré-operacional. Concentra seus esforços na construção da unidade fabril em Nova Lima, estado de Minas Gerais, e está em busca constante no aperfeiçoamento de suas tecnologias, tornando-as mais competitivas, ampliando a proteção de sua propriedade intelectual e desenvolvendo relações comerciais, sobretudo internacionais, para a possível antecipação de receita antes mesmo do início de suas operações.

Não foram registradas receitas de vendas de produtos no ano de 2015. Em 2015, a Companhia reconheceu receita referente ao direito de licenciamento da tecnologia de produção de insulina (royalties) da Biomm S.A. para a Biomm International. A controlada Biomm International possui contrato para prestação de serviços de transferência de tecnologia e assessoria técnica para a JV Gabas. Essa receita, quando incorrida, é reconhecida proporcionalmente à etapa do serviço prestado em relação ao orçamento total do contrato (POC - "Percentage of Completion") na Biomm International e reconhecida como receita de Royalties na Biomm S.A.. Devido a algumas licenças de produção na Arábia Saudita estarem vencidas, em 2015 o projeto de transferência de tecnologia para Gabas foi pausado e por este motivo a Biomm International reconheceu o valor recebido referente à transferência de tecnologia como adiantamento de clientes estrangeiros.

### (ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

	<u>Consolidado</u> 31/12/2015	<u>AH</u> 2015/2014	<u>Consolidado</u> 31/12/2014	<u>AH</u> 2014/2013	<u>Consolidado</u> 31/12/2013
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	(20.251)	28%	(15.795)	57%	(10.087)
Outras despesas e receitas operacionais	(2.034)	145%	(831)	-35%	(1.271)
Resultado de equivalência patrimonial	(1.135)	830%	(122)	-102%	7.082
Realização de lucro no ativo	-		-	-100%	(3.240)
Resultado de alienação de investimento	20.426		-		-
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>(2.994)</u>	-82%	<u>(16.748)</u>	123%	<u>(7.516)</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	67.008	190%	23.075	781%	2.619
Despesas financeiras	(48.394)	154%	(19.040)	269%	(5.162)
Despesas/receitas financeiras líquidas	<u>18.614</u>	361%	<u>4.035</u>	-259%	<u>(2.543)</u>
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	<u>15.620</u>	-223%	<u>(12.713)</u>	26%	<u>(10.059)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.338)		-		-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	<u>8.282</u>	-165%	<u>(12.713)</u>	26%	<u>(10.059)</u>

Os resultados operacionais da Companhia foram afetados principalmente:

- pelo incremento das despesas gerais e administrativas, que tiveram como causa a contratação de pessoal para suportar a administração no projeto fabril e aluguel de imóveis para a criação de filiais;
- pelo resultado financeiro, fortemente impactado pela capitalização da Companhia em 2014 e pelas captações de novos empréstimos em 2015.
- pela mudança societária na joint venture da Arábia Saudita, que gerou receita de alienação de investimentos em 2015.

### (iii) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Conforme informado anteriormente, a Companhia não auferiu receitas nos anos de 2015, 2014 e 2013.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**

**(iv) impacto da inflação, da variação de preço dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.**

*Impacto da Variação da Taxa de Câmbio*

A condição financeira e resultados das operações da Companhia têm sido, e continuarão sendo, afetados pela taxa de inflação e pela taxa de câmbio do real frente ao dólar norte-americano:

- parte importante das máquinas e equipamentos é importada e exige assistência técnica especializada estrangeira;
- o custo de matérias-primas é afetado pela variação cambial, visto que alguns são importados da China e Polônia;
- parte das aplicações financeiras também está atrelada a moedas estrangeiras (dólar e euro).

*Impacto do Nível de endividamento e a Variação da Taxa de Juros*

O nível de endividamento da Companhia resulta em despesas financeiras significativas que são refletidas em suas demonstrações de resultado. Nossas despesas financeiras são basicamente decorrentes de pagamento de serviços da dívida, atrelados à variação de TJLP.



**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****a) Introdução ou alienação de segmento operacional**

A Companhia não realizou qualquer alteração em seu segmento operacional. A Biomm S.A. é uma Companhia de biotecnologia que detém tecnologia de produção de insulina pelo processo de DNA recombinante. Caracteriza-se pelo uso de microrganismos em contraste com os processos puramente químicos. A Companhia possui um processo de produção de proteínas terapêuticas, utilizadas na produção de medicamentos: os biofármacos.

**b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Referente a participação societária na "Joint Venture" ("JV") na Arábia Saudita, por meio de sua controlada indireta integral Biomm Middle East Inc. ("Biomm ME") para produção de insulina humana recombinante naquele país, o ano de 2015 foi marcado pela repactuação dos termos acordados (i) Alteração do acordo de acionistas entre as partes e (ii) Alteração do Estatuto social de Gabas. Esta repactuação acarretou a mudança no arranjo societário inicial da Companhia de 49% (quarenta e nove por cento) para 15% (quinze por cento) do negócio, tendo como contrapartida a quitação das obrigações financeiras até então assumidas pela Biomm ME referente ao recurso inicial aportado na constituição da JV.

Foi pactuado, ainda, termo de outorga de opção de compra de ações da Gabas Global em favor da Biomm Middle East, sendo que a Companhia, ao ter seu percentual de participação diluído, tem a opção de compra de até 15% da JV por US\$1,00 (um dólar).

Além disso, ficou pactuado um termo de outorga de opção de venda das ações da Gabas Global pela Biomm Middle East até 5 (cinco) anos após o início da produção da unidade fabril da Gabas Global, mediante avaliação de mercado independente na data.

**c) eventos ou operações não usuais**

Em 2015 não ocorreu evento ou operação que não sejam usuais.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

#### Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2015

O grupo aplicou pela primeira vez determinadas normas e alterações que entraram em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2015 ou após essa data. Não foram adotadas antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração emitida. Para que as normas e alterações fossem aplicadas pela primeira vez em 2015, elas não poderiam ter impacto material sobre as demonstrações financeiras consolidadas anuais do Grupo, como de fato não impactaram:

*Melhorias anuais - ciclo 2010-2012* - o IASB emitiu três alterações as normas, incluindo as alterações do IAS 16 - Ativo imobilizado e IAS 38 - Ativo Intangível e IAS 24 Divulgações de Partes relacionadas.

#### Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2015

As normas e interpretações emitidas mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia está avaliando os possíveis impactos gerados com a alteração da norma e pretende adota-las, se aplicável, quando entrarem em vigência.

##### *IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (Financial Instruments)*

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração de todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida a aplicação antecipada.

##### *IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes*

A IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente.

Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita.

A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. A Companhia está atualmente avaliando o impacto da IFRS 15 e planeja adotar uma nova norma sobre a efetiva data de entrada em vigor.

##### *Alterações à IFRS 11 - Acordos Conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes Societárias*

As alterações à IFRS 11 exigem que um operador conjunto, que esteja contabilizando a aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações também deixam claro que uma participação societária previamente mantida em uma operação conjunta não é remensurada sobre a aquisição de participação adicional na mesma operação conjunta enquanto o controle conjunto for retido. Adicionalmente, uma

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

exclusão de escopo foi adicionada à IFRS 11 para especificar que as alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal.

As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta e são prospectivamente vigentes para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 e após essa data, não sendo permitida a adoção antecipada no Brasil. Não se espera que essas alterações tenham impacto sobre o Grupo.

### *Alterações à IAS 16 e à IAS 38 - Esclarecimentos de métodos aceitáveis de Depreciação e Amortização*

As alterações esclarecem o princípio na IAS 16 e na IAS 38 que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados a partir da operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez dos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão em vigor prospectivamente para amortizar os ativos intangíveis. As alterações estão vigentes prospectivamente para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2016 ou após esta data. Não é esperado que essas alterações tenham impacto na Companhia, uma vez que não utilizou-se um método baseado em receita para depreciar os ativos não circulantes.

### *Alterações na IFRS 10 e na IAS 28: Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e uma Associada ou Empreendimento Controlado em Conjunto*

As alterações abordam o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída para uma associada ou empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultante da venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, como definido na IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou *joint venture*, é reconhecido(a) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultante da venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, é reconhecido somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou *joint venture*. Essas alterações devem ser aplicadas prospectivamente e vigentes para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016, sendo permitida a adoção antecipada. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre o Grupo.

### *Melhorias anuais - Ciclo 2012-2014*

Essas alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2016, incluindo as seguintes:

- IFRS 5 - Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas;
- IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações;
- IAS 19 - Benefícios aos Empregados;
- IAS 34 - Elaboração e Divulgação de Demonstrações Financeiras Intermediárias;
- Alterações na IAS 1 - Iniciativa de Divulgação;
- Alterações nas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 - Entidades de Investimento: Exceções à Regra de Consolidação.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia não espera mudanças significativas advindas dessas normas informadas na letra "a" deste item.

### c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

A Administração reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no parecer de seus auditores independentes, a Ernst & Young Auditores, referentes às demonstrações financeiras da Companhia para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015. As ressalvas e ênfases seguem abaixo na íntegra conforme exposto:

#### *Continuidade das operações*

Em atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia está em fase pré-operacional e que apresentou um resultado de R\$8.282 mil e (R\$12.713) mil nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente. Até que os resultados operacionais do projeto sejam suficientes para sua manutenção, a Companhia continuará a depender do apoio financeiro dos seus acionistas e financiadores. A capacidade de continuidade operacional da Companhia depende do sucesso na implementação do seu plano de negócios.

#### *Demonstrações do valor adicionado*

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### *Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior*

Com relação às ênfases apresentadas pelos auditores independentes quando elaboração e apreciação as demonstrações financeiras da Biommm S.A., os diretores da Companhia avaliam que excesso de passivos sobre ativos circulantes consolidados, o uso de recursos dos acionistas como forma de financiamento das operações da Companhia apesar de, em uma primeira análise, aparentemente poderia gerar incertezas quanto à continuidade operacional de uma companhia, sendo que, no caso da Biommm, não existe risco substancial de tal cenário se desenhar.

Os administradores da Companhia têm empenhado seus melhores esforços para, o mais brevemente possível, gerar negócios para a companhia, através dos contratos comerciais de importação firmados com fornecedores estrangeiros, no intuito de antecipar sua entrada no mercado brasileiro, com possível participação em programa de PDP (Programa de Desenvolvimento Produtivo). Adicionalmente, destacamos que a Administração da Companhia, com o apoio do Conselho de Administração, tem se empenhado em traçar estratégias e elaborar planos de negócios para gerar crescimento e agregar valor à Companhia.

Por fim, destacamos que não foi necessário realizar qualquer ajuste nas demonstrações financeiras da Companhia em função das ênfases apontadas pelos auditores independentes.

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativa e adote premissas no seu melhor julgamento, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas: 11 e 12 - contabilização da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado e intangível; 25 - valor justo de instrumentos financeiros.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, ao menos, anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas.

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off - balance sheet items), tais como: (i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; (ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; (iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iv) contratos de construção não terminada; e (v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

A implantação da nova fábrica da BIOMM em Nova Lima (MG) envolve a aquisição de máquinas e equipamentos, construções, instalações eletromecânicas, e serviços especializados que farão parte do ativo imobilizado e intangível da Companhia.

Abaixo descrevemos os compromissos firmados pela Companhia, bem como os vencimentos destes:

Compromissos firmados	Valor contratado	Valor desembolsado	Valor a desembolsar		
			Em até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos
Aquisição de imobilizado - Euro (i)	12.202	5.510	6.692	-	-
Aquisição de imobilizado - Reais (i)	7.851	1.380	6.471	-	-
Serviço de Gerenciamento da obra (ii)	5.100	3.223	1.877	-	-
Serviço de montagem de subestação elétrica (iv)	1.700	679	1.021	-	-
Serviço de fechamento e cobertura (v)	2.390	1.103	1.287	-	-
Mobiliário para laboratório (vi)	459	-	459	-	-
Serviço de fornecimento de instalações elétricas de infraestrutura de dados de voz (vii)	5.000	887	4.113	-	-
Serviços e material para instalação de sistema de detecção de alarme contra incêndio (viii)	628	-	628	-	-

- (i) Aquisições de imobilizado para a unidade fabril em Nova Lima: desde novembro de 2014, foram assinados diversos contratos de aquisições de máquinas e equipamentos que requer um tempo a ser produzido, instalado e testado. A tabela abaixo detalha os compromissos de cada contrato:

<b>Data de aquisição</b>	<b>Moeda</b>	<b>Valor adquirido</b>
Nov/14	Euro	3.731
Jan/15	Euro	2.250
Mar/15	Euro	1.238
Abr/15	Reais	6.900
Ago/15	Euro	250
Ago/15	Euro	1.540
Set/15	Euro	2.203
Ago/15	Reais	709
Set/15	Euro	406
Set/15	Euro	584
Dez/15	Reais	242

- (ii) Contratação de serviços: em 20 de março de 2015, foi assinado o contrato de prestação de serviços com uma empresa de engenharia para a atividade de gerenciamento da obra.
- (iii) Contratação de serviços: em 3 de junho de 2015, foi assinado o contrato de prestação de serviços para fundação profunda e estrutura pré-fabricada.
- (iv) Contratação de serviços: em 18 de agosto de 2015, foi assinado o contrato de prestação de serviços para montagem e instalação de subestação elétrica.
- (v) Contratação de serviços: em 2 de setembro de 2015, foi assinado o contrato de prestação de serviços para montagem de fechamento externo e cobertura
- (i) Contratação de fornecimento de mobiliário de laboratório em 19 de outubro de 2015 no valor de R\$459.
- (vii) Contratação de serviços: em 17 de dezembro de 2015, foi assinado o contrato de fornecimento de instalações elétricas e instalação de infraestrutura de dados de voz.
- (viii) Em 18 de dezembro de 2015 ocorreu a contratação de serviços e fornecimento de equipamentos para instalação completa de Sistema de detecção de alarme contra incêndios.

#### **b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

A Companhia não detém qualquer outra informação que não esteja publicada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

O presente item não é aplicável, uma vez que não existiu qualquer item não evidenciado nas demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2015.



A Companhia está estruturando a implantação de uma planta biofarmacêutica para a produção de insulina e outras proteínas recombinantes.

De acordo com o estudo financeiro econômico e a revisão do projeto pela Companhia, a completa implantação deste, incluindo os investimentos na fábrica, investimentos em testes clínicos, e despesas pré-operacionais, somarão aproximadamente R\$540 milhões.

As fontes para tais investimentos e despesas são provenientes de recursos oriundos da capitalização da Companhia concluída em janeiro de 2014 e recursos de financiamento proveniente dos contratos celebrados, em 19 de setembro de 2013, entre a Companhia, BNDES, BDMG e FINEP.

A planta biofarmacêutica produzirá cristais de insulina (o ingrediente farmacêutico ativo) e as formulações de insulina (em diferentes tipos de ação) nas apresentações de frasco de 10 ml e em carpules de 3 ml para uso em canetas injetoras.

De acordo com o plano de negócios elaborado, espera-se que a planta atinja sua capacidade máxima de produção no quinto ano de operação. As projeções de vendas da Companhia estão baseadas no crescimento do número de diabéticos no Brasil. De acordo com a IDF (International Diabetes Federation) e dados do Ministério da Saúde, estima-se uma maior aderência ao tratamento com insulina por parte dos diabéticos Tipo 2. A Organização Mundial de Saúde estima que o número de diabéticos é de 415 milhões de pessoas (idade de 20 a 79 anos) no mundo e as previsões apontem para 642 milhões em 2040. A combinação destas premissas resulta em uma projeção de crescimento de mercado acima de 10% ao ano entre 2015 até 2020, conforme análise da Companhia.

**b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

A Companhia manteve continuidade nas aquisições de equipamentos e serviços visando a implantação de sua planta biofarmacêutica para a produção de insulina e outras proteínas recombinantes (biofármacos) no Brasil. A Companhia tem como previsão, para os próximos anos, continuar com o plano de aquisição dos equipamentos que viabilizarão o projeto da construção da mais moderna fábrica de insulina na América Latina.

**c) Novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Com a implantação da unidade biofarmacêutica em Nova Lima (MG), descrita no item "a", a Companhia passará a produzir medicamentos

biofarmacêuticos, conforme estruturado no plano de negócios e não tem intenção de modificar sua linha de produção.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional. As operações da Companhia são afetadas pela conjuntura econômica, expondo-a a risco de mercado como, taxa de câmbio, taxa de juros, risco de crédito, e risco de liquidez. A exposição cambial da Companhia implica riscos de mercado associados às oscilações cambiais do real em relação principalmente ao dólar norte-americano e ao euro. Os compromissos futuros da Companhia em moeda estrangeira incluem pagamentos a fornecedores estrangeiros. A Companhia gerencia risco cambial sobre sua expectativa de investimentos em moeda estrangeira dentro de seu plano de investimentos em sua nova unidade industrial, utilizando como instrumento financeiro a expatriação dos recursos para conta corrente no exterior em moeda estrangeira, no montante equivalente a previsão dos compromissos futuros em tais moedas e, por isso, não é afetada significativamente pela sua exposição cambial.